

**SÍNTESE DO
RELATÓRIO FINAL DO
GOVERNO DE TRANSIÇÃO
E POSSÍVEIS IMPACTOS FISCAIS**



SÍNTESE DO RELATÓRIO FINAL DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO E POSSÍVEIS IMPACTOS FISCAIS ¹¹

A política econômica do governo Lula prevê a retomada do poder de compra da população, com a redução do endividamento familiar e combate à inflação. Proteger as famílias brasileiras contra superendividamento. Reversão do processo de superendividamento vivido pelas famílias brasileiras de baixa renda.

Reconstruir toda a rede de proteção social. Políticas de transferência de renda, via programas de segurança alimentar e nutricional e a oferta de serviços sociais. Os pobres devem ser considerados no orçamento público. Isto é, os gastos governamentais devem incluir o Farmácia Popular e a volta do Bolsa Família.

A sobrecarga doméstica, as tarefas de cuidado e a falta de oferta de serviços públicos como creche prejudicam o retorno da mulher ao mercado de trabalho. Se não houver políticas efetivas com recortes de gênero e raça, elas são as últimas a serem incorporadas – principalmente em postos mais precários, desvalorizados e informais.

Prioridade à recuperação das áreas de Saúde Mental, da Mulher, da Criança e do Adolescente, da população indígena, bem como a adoção de uma diretriz antirracista na política nacional de saúde no Brasil.

Retomada do estímulo ao desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde e da transformação digital do SUS.

Política de aprendizagem profissional, fundamental para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e para a inserção profissional de jovens. Frente ao aumento do trabalho por meio de plataformas digitais, proporcionar um mínimo de proteção trabalhista e previdenciária.

Retomar os programas considerados necessários à reconstrução da política habitacional do País, tendo como diretriz a redução das desigualdades urbanas e a promoção da transição ecológica nas cidades.

Restabelecimento da parceria com Estados e Municípios e a reorganização de estruturas descentralizadas que compõem o sistema público de trabalho, emprego e renda. O Ministério das Cidades irá promover políticas para tornar as cidades mais inclusivas, sustentáveis e dinâmicas, por meio de políticas de mobilidade, saneamento e habitação.

Programa Fomento Rural - Apoio à agricultura familiar, a promoção da economia regional, especialmente por seu papel redistributivo nos municípios mais pobres. A produção de alimentos pela agricultura familiar voltará a ser apoiada pelo governo por meio de crédito, fomento e assistência técnica.

¹¹ Documento elaborado por Isabel Ribeiro. Gerente Adjunta da UGE – Sebrae Bahia e Vice Presidenta do Corecon-Ba. Janeiro 2023

Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO); assistência técnica e extensão rural; aquisições do governo federal (Conab); transferência de tecnologia agropecuária; cadastro ambiental rural; manutenção e modernização da Embrapa; cooperativismo e agricultura orgânica.

Garantir estrutura, equipe e orçamento para assistência técnica específica, acesso à terra, território e água, fortalecimento da organização produtiva e dos quintais agroecológicos com crédito e fomento produtivo, acesso à cidadania, à cultura, à educação e a seus documentos básicos, bem como o enfrentamento de diferentes formas de violência e discriminação, como a vivida pelas mulheres, pelas juventudes e pelas diversidades sexuais e de gênero.

Terras indígenas são áreas protegidas que abrigam a maior parte da biodiversidade do planeta, e que as populações que nelas habitam detêm o conhecimento milenar e ancestral sobre formas de manejo e relacionamento com o universo não-humano.

A Cultura voltará a ser valorizada e promovida com a devida centralidade que deve ter na construção da identidade nacional. A Cultura como área fundamental de apoio e estímulo à diversidade de manifestações culturais do povo brasileiro, seja como meio para propiciar o mais amplo acesso aos bens e serviços culturais, seja como instrumento indispensável ao fomento da produção cultural e à promoção de uma economia da cultura, como parte da estratégia de retomada de desenvolvimento sustentável do País.

O Esporte passará a contar com uma estrutura que permita o apoio a atletas profissionais e amadores e ao esporte de base. Reinsere o fomento ao esporte na agenda nacional, com a ampliação e democratização da prática esportiva, sobretudo no ambiente escolar, promovendo assim uma cultura de paz.

Criação de oportunidades facilitada pela exploração do potencial de investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica por meio de uma ação coordenada entre os setores público-privado, principalmente em um cenário internacional que abre novas janelas de oportunidades com a propagação Indústria 4.0 e a sustentabilidade.

Adoção de medidas para a retomada de obras paralisadas, bem como a implementação de novos projetos. De igual maneira, se faz necessário adequar as previsões orçamentárias e capacidade de investimento no setor, fator indispensável para a recuperação e melhoria da infraestrutura logística do país, para o crescimento econômico sustentável e a geração de emprego e renda.

Reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de telecomunicações e garantam o pleno acesso da população de menor renda à Internet, com dispositivos adequados e pacotes de serviços menos limitados em termos de volume de dados e utilização.

Política de Estado de longo prazo, apoiada em incentivos à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Crédito e investimento para tecnologias críticas, formação de recursos humanos, subvenções e uso do poder de compra governamental.

Medidas de reconstrução das políticas públicas do setor, especialmente nas áreas de mineração, energia elétrica, petróleo, gás e biocombustíveis.

Estímulo do investimento privado por meio de crédito, parcerias e concessões.

A Embratur cumprir seu papel na recomposição da imagem e no reposicionamento do Brasil como destino turístico internacional, alinhada com a política externa brasileira

A Previdência e o Trabalho também voltarão a ter estrutura e meios para a promoção de garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, aposentados, pensionistas e beneficiários dos sistemas previdenciários.

É extensa a lista de questões e demandas que deverão exigir máxima atenção do ponto de vista legislativo, orçamentário e de garantia de direitos aos cidadãos, tanto no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), como também dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e do Regime de Previdência Complementar (RPC).

ORÇAMENTO DA TRANSIÇÃO E GASTOS SOCIAISⁱⁱ

Com elevado compromisso e expectativas de retorno de políticas públicas manejadas por um Estado “Máximo”, cabe a nova gestão pública federal rever gastos em áreas não prioritárias, desonerações tributárias, aumento de impostos, mudar as metas de inflação para obrigar o Banco Central elevar os juros da dívida pública. A responsabilidade fiscal deve ter uma perspectiva de longo prazo. Uma política fiscal expansionista poderá contribuir, inicialmente, para um aumento de arrecadação que possa financiar os gastos públicos.

Gastos sociais implicam em alto multiplicador fiscal, conforme notado, ainda no início da Grande Depressão dos anos 1930, por R. Kahn quem primeiro elaborou sobre o assunto. Seu estudo foi logo incorporado por Keynes na Teoria Geral e, mais tarde, por toda teoria macroeconômica convencional (Snowden, 2005). Trata-se do efeito em cadeia de geração de renda engatilhado por um dispêndio público ou privado.

É comum portanto observar que em períodos recessivos, gastos sociais – tanto os focados em programas de compensação de renda (devido ao desemprego e à queda dos salários) quanto os voltados a serviços públicos (construção de novas escolas, hospitais etc.) – elevam o endividamento no curto prazo, mas reduzem-no no médio prazo ao permitirem uma rápida recuperação do PIB e, portanto, da arrecadação.

O impacto de um gasto governamental nos indicadores de endividamento público do país depende, dentre outros fatores, do multiplicador fiscal, da carga tributária e da taxa de juros paga pelos títulos da dívida.

Gastos com pobres (bem como gastos com serviços públicos que servem diretamente aos mais pobres, como Saúde e Educação públicas) têm, portanto, um efeito multiplicador muito maior do que outros gastos orçamentários. Quando a economia

se encontra em meio a uma forte recessão, com alto desemprego e baixa (ou negativa) pressão inflacionária, o multiplicador tende a ser consideravelmente maior. Isso não apenas devido a propensão a consumir do público-alvo de tal gasto social ser elevada, mas também porque a propensão a investir e a consumir de todos os envolvidos nos encadeamentos subsequentes tornam-se agudamente altas em meio à forte carestia e à generalizada ociosidade de capacidade ao longo dos ramos industriais.

Persiste também uma utilização de capacidade instalada na indústria inferior aos níveis de 2009 a 2014. As pressões inflacionárias no lado da demanda seguem fracas e aquelas puxadas pelos choques de oferta (preços internacionais e descontinuidades nas cadeias produtivas devido à pandemia) tendem a perder mais força nos próximos trimestres, sobretudo com a alta nos juros internacionais e a subsequente queda na liquidez nos mercados, incluindo os que formam os preços das commodities.

As mais de 20 milhões de famílias carentes beneficiárias dos R\$ 145 bilhões em BF da PEC da Transição utilizarão imediatamente todos os R\$ 600 recebidos mensalmente em 2023 para consumir novos alimentos, roupas, sapatos, material de construção ou eletrodomésticos. Não pouparão nada de tal benefício, ao contrário do que fariam os milionários e especuladores. Isso gerará uma enorme e nova demanda à indústria e ao comércio, o que colocará em marcha a criação de novas empresas e novos empregos. O que, por sua vez, abrirá espaço a novas rodadas de tal processo de modo a manter uma elevação na demanda agregada pelos próximos 4 a 12 (no máximo 16) trimestres aproximadamente, a partir da data de cada pagamento.

Isso impulsionará o crescimento da renda nacional e da arrecadação tributária muito acima do que ocorreria sem a realização de tal gasto público. Do ponto de vista do orçamento público intertemporal, num horizonte de 4 anos, o crescimento da receita compensará ao menos parte da despesa inicial. E como o PIB (a renda nacional) também crescerá a mais como consequência de tal despesa, a relação dívida PIB acabará muito provavelmente sendo reduzida.

A relação dívida/PIB pode crescer. Crescimento que – a depender da intensidade, tamanho e persistência dos gastos – pode acelerar-se e, junto com as pressões inflacionárias acima mencionadas, levar aos “mercados” a forçar uma alta nas taxas de juros – o que, aí sim, levaria a uma espiral de crescimento da dívida.

Choques de oferta (incluindo os choques cambiais) podem produzir pressões inflacionárias. Mas eles devem ser enfrentados pelo lado da oferta (regulação estatal nos mercados, nas redes de abastecimento de preços administrados) e, assim, não ser motivo para inibição de gastos públicos necessários.

Instrumentos para tornar oferta agregada mais elástica precisariam igualmente ser deslanchados, como por exemplo, a forte regulação estatal de estoques de alimentos – com impulso aos armazéns públicos (Conab) –, reestatização nos setores estratégicos e de produção de bens da base da cadeia produtiva (siderurgia,

mineração, fertilizantes, combustíveis/refinarias, eletricidade etc.), controle dos preços administrados, investimentos em infraestrutura (estradas, ferrovias, portos, energia) que permitiriam elevar a produtividade.

Dispêndios sociais, sobretudo os que contam com alto efeito multiplicador, permitem recuperar as receitas do Tesouro e, assim estabilizar e mesmo melhorar o padrão de endividamento público.

ⁱ GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL **RELATÓRIO FINAL**, GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2022 BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2022

ⁱⁱHANDFAS, Alberto. **Orçamento da transição e gastos sociais**. Disponível em: [Orçamento da transição e gastos sociais - A TERRA É REDONDA \(aterraeredonda.com.br\)](https://terraeredonda.com.br). Acesso 03/01/2023